

# MONOCULTURAS DA INFORMAÇÃO: um olhar sobre a produção de narrativas fragmentadas no jornalismo impresso

Copyright © 2015  
SBPjor / Associação  
Brasileira de  
Pesquisadores em  
Jornalismo

GABRIELA NÓRA

*Universidade Federal do Rio De Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil*

**RESUMO** - O conceito de “monoculturas da informação”, desenvolvido a partir do trabalho da filósofa indiana Vandana Shiva, explora a relação entre as análises da autora no campo da biodiversidade e da biotecnologia e a problemática da hipersegmentação das narrativas jornalísticas. A observação atenta das lógicas que subjazem ao sistema de monocultura auxilia no entendimento e na desmistificação dos processos de segmentação no jornalismo, especialmente no que tange aos mecanismos de fabricação de mais do mesmo para grupos específicos, com vistas à eliminação da diversidade para atender à tão celebrada personalização. Neste contexto, torna-se premente discutir a problemática da tendência à fragmentação e à efemeridade nos dias de hoje, atentando para esses modos de apropriação do real e de marcação dos fluxos temporais que afetam e definem de maneira intensa as relações, conteúdos e experiências narrativas (e sociais) da contemporaneidade.

**Palavras-chave:** Monoculturas da informação. Jornalismo impresso. Narrativa. Segmentação. Novas tecnologias.

## MONOCULTIVOS DE LA INFORMACIÓN: una mirada sobre la producción de narrativas fragmentadas en el periodismo impreso

**RESUMEN** - El concepto de “monocultivos de la información”, desarrollado a partir del trabajo de la filósofa hindú Vandana Shiva, explora la relación entre los análisis de la autora en el campo de la biodiversidad y de la biotecnología, por una parte, y la problemática de la hiper segmentación de las narrativas periodísticas, por otra. Una atenta observación de las lógicas subyacentes al sistema de monocultivo ayuda a entender y desmitificar los procesos de segmentación en el periodismo, especialmente en lo que atañe a los mecanismos de fabricación de contenidos repetidos- más delo mismo- para grupos específicos, con el fin de eliminarla diversidad y así, atender la tan celebrada personalización. En este contexto, resulta apremiante discutir el problema de la tendencia a la fragmentación y a la transitoriedad de la actualidad. Además, parece conveniente reflexionar acerca de los modos de apropiación de lo real y de la marcación de los flujos temporales que afectan y definen, de manera intensa, las relaciones, los contenidos y las experiencias narrativas (y sociales) de la contemporaneidad.

**Palabras clave:** Monocultivos de la información. Periodismo impreso. Narrativa. Segmentación. Nuevas tecnologías.

## **INFORMATION MONOCULTURES: a look at the production of fragmented narratives in the press**

**ABSTRACT** - The concept of "information monoculture", derived from the work of Indian philosopher Vandana Shiva, explores the relationships between the author's analysis in the field of biodiversity and biotechnology, and the problem of hyper-segmentation in journalistic narratives. A careful observation of the logic underlying the monoculture system aids in the understanding and demystification of the segmentation processes in journalism, especially when it comes to those mechanisms that make more of the same to specific groups, in order to eliminate diversity to meet the much celebrated customization. In this context, it is imperative to discuss the problem of this tendency toward fragmentation and transience these days, paying attention to the modes of appropriation of the real/reality and to the marking of rhythmic flows that intensely affect and define relationships, content, and narrative (and social) experiences of contemporaneity.

Key words: Information monocultures. Press. Narratives. Segmentation. New technologies.

### **1 CONTEXTUALIZAÇÃO**

A análise histórica demonstra que o processo de segmentação foi amplamente incorporado à imprensa brasileira no final do século XX, com a consolidação do modelo de cadernos e editorias e a valorização do marketing jornalístico, nos anos 1980-90. Hoje, em tempos de mídia digital, um período de temporalidade múltipla e descontínua, marcado pela tendência à hipersegmentação das informações, acentua-se a necessidade de se repensar esse modelo do jornalismo impresso – tanto em termos de conteúdo, quanto de formato –, para que os jornais tenham o seu próprio espaço e não sejam meros reprodutores de notícias já veiculadas.

É possível observar que, impulsionado pelos avanços tecnológicos, o jornalismo celebra o advento de uma nova temporalidade (efêmera, fugaz, instantânea), aderindo ainda mais à prática de segmentação do noticiário. Logo, com a proposição do conceito de "monoculturas da informação", baseado no pensamento da filósofa, física e importante ativista ambiental indiana, Vandana Shiva, tem-se por objetivo não só repensar o momento atual do jornalismo, mas, a partir da análise da estética fragmentária da mídia - com ênfase nos jornais impressos -, atentar para os efeitos do aprofundamento dos modos de apropriação/recuperação fragmentada do mundo, no interior de uma prática (a segmentação) que não seria apenas jornalística, mas cultural.

Dessa forma, busca-se aventar a hipótese de que se vive um paradoxo na contemporaneidade: um momento no qual, tecnologicamente, tudo tende a convergir, mas, do ponto de vista do

sentido, da significação, parece mesmo predominar a divergência. Acredita-se que as novas tecnologias tenham acentuado a tendência à segmentação dos produtos culturais, com sérios prejuízos à integração social e à “manutenção de um mínimo horizonte cultural comum”<sup>1</sup>. Em outras palavras, presume-se que, ao mesmo tempo em que se caminha para uma maior convergência das mídias, o aumento da dispersão de conteúdos conduz a uma maior segmentação/individualização da audiência.

O que pode ser observado, quando, na era da comunicação digital, assiste-se a um deslocamento da função coletiva dos produtos culturais para o âmbito individual: a música, por exemplo, sempre teve função coletiva, mas as tecnologias de armazenamento permitiram deslocá-la para o âmbito individual, hoje onipresente. Com cada consumidor elaborando a sua própria coletânea, ocorre a crise da ideia de conjunto da obra (CD, disco etc.). O mesmo, pode-se dizer, tem acontecido na indústria da informação, onde a ideia de conjunto (na forma de jornal, por exemplo) vem perdendo cada vez mais força diante das modernas ferramentas de produção, distribuição, circulação e armazenamento de informações.

Pode-se mesmo afirmar que hoje a informação personalizada convida o leitor a montar o seu próprio ‘jornal’. A Internet subverteu, assim, a lógica dos jornais de papel. Antes, o veículo era o foco. O público comprava um determinado jornal e, a partir dele, entrava em contato com o noticiário. Agora, ocorre o inverso. O indivíduo busca por palavras-chave na Internet e chega diretamente ao assunto de seu interesse. Torna-se cada vez mais comum, portanto, que o público chegue a um determinado jornal online ou site de informação por meio da notícia, e não o contrário.

Essa inversão do processo informativo, provocada pelas novas tecnologias e, sobretudo, pela Internet, leva o público a ser informado de forma mais estreita, mais direcionada. O indivíduo sabe o que quer e onde encontrar. No entanto, para além da segmentação da audiência, facilitando o trabalho da publicidade, esse modo de consumir informação pode levar à constituição de grupos fechados em torno de seus próprios interesses. Nesse contexto, é preciso problematizar o uso cada vez mais frequente de dispositivos eletrônicos portáteis, tais como *smartphones* e *tablets*, que utilizam linguagem digital e têm como suporte básico a Internet, com sua capacidade de reunir informações em diversos formatos (texto, som, imagem, imagem em movimento)

e em um único ambiente (multimídia e multiplataforma) de aceleração tecnológica e de reconfiguração das noções de tempo, espaço e sociabilidade.

Uma das principais características da comunicação no âmbito dos dispositivos móveis é a intensa utilização das mídias sociais para a troca de informações. Além de serem espaços de socialização, compartilhamento e interação, redes sociais como o Twitter e o Facebook possibilitam aos seus usuários não só o acesso a uma infinidade de informações disponíveis, como a possibilidade de serem eles próprios consumidores, produtores e difusores de informação. Logo, tendo em vista que as ferramentas da *web* possibilitam a qualquer usuário, jornalista ou não, ser fonte difusora de acontecimentos, é preciso não só que se recupere o sentido político da mediação, mas também que se questione se o modelo atual dos jornais cumpre de fato o seu papel na sociedade.

É evidente que as modernas tecnologias estão trazendo mudanças significativas às comunicações, no entanto, muitas são as incertezas quanto aos padrões a serem adotados pela nova mídia, assim como quanto às transformações e/ou adaptações pelas quais passará a velha mídia, incluindo os jornais impressos. Por isso, ainda que este trabalho tenha como foco o estudo da segmentação, ele insere-se nesse contexto de mudanças e incertezas, revestindo-se, pois, de um pensamento pautado hoje por uma das questões mais prementes da área da comunicação: o futuro do jornalismo.

A Internet é apenas o mais recente de tantos outros avanços que contribuíram para a segmentação da mídia. Mas, pelo fato de atender de forma cada vez mais eficiente àqueles que buscam informação segmentada, ela tem acelerado essa tendência rumo a públicos menores. Seguindo essa mesma lógica, a grande mídia, ao constatar a existência de diferentes segmentos sociais com demandas específicas, fragmenta o seu noticiário, oferecendo ao público blocos de informações cada vez mais restritas.

Além disso, com a consolidação da Internet como espaço de busca e troca de informações, onde cada qual pode publicar (ou *postar*) as suas próprias 'notícias', não apenas a profissão de jornalista passa a ser questionada, mas a própria necessidade de existência dos jornais-empresa. Logo, ainda que os grandes conglomerados tenham migrado para a Internet, com todo o seu

*know-how* e credibilidade, pode-se falar em novos atores, novos produtores de conteúdo e fontes de informação. Uma nova realidade que ameaça a hegemonia dos tradicionais veículos de comunicação de massa.

No entanto, e, especialmente por gozar de uma credibilidade construída ao longo de anos, acredita-se na importância da cultura de imprensa no estabelecimento de um padrão homogeneizante. Pois, quanto maior a diversidade e a fragmentação, em meio à infinidade de informações disponibilizadas a todo o momento e de forma cada vez mais personalizada, mais a padronização se torna essencial para atingir a todos, para combater a volatilidade, a fim de que as pessoas tenham um mínimo vocabulário de troca.

## 2 MONOCULTURAS DA INFORMAÇÃO

Em *Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia*, Vandana Shiva evidencia o caráter insustentável da monocultura, enumerando uma série de fracassos técnicos e produtivos provocados por esse sistema que elimina a diversidade orgânica em favor de uma uniformidade fragmentada. Dentre os fracassos mensurados pela autora, destaca-se o da mudança de valores, cristalizada no superproduzir para superconsumir no lugar do produzir para viver, bem como o fracasso evidenciado pelo desastre econômico desse modelo “no qual mais alimento significa mais fome”. As análises de Shiva se dão no âmbito da biodiversidade e da biotecnologia, tratando, pois, de temáticas relacionadas sobretudo à ecologia, o que engloba questões sobre agricultura, ecossistemas, clima, sistemas de plantio... e políticas nestes (e para estes) setores.

No entanto, os dois fracassos sublinhados pela autora podem ser facilmente aplicados ao momento atual do jornalismo, quando, na era do consumismo, se verifica uma superprodução de informações (ilimitadas, imediatas, disponíveis), mas que, já se sabe, não implica necessariamente maior conhecimento. Ao contrário, os sintomas de desorientação e desestabilização pessoais e sociais ratificam a máxima do “quanto mais alimento, mais fome”. Ou seja, quanto mais informação, mais perdidos parecem estar indivíduos e sociedade.

Daí a importância de se atentar para a lógica que subjaz ao sistema da monocultura, com todas as consequências nefastas da sua implantação, as quais, acredita-se, guardam estreita relação

com os resultados desastrosos dos processos de hipersegmentação que se tem acompanhado no jornalismo. Para Shiva, o problema vai muito além da tecnologia e dos programas que sustentam o modelo da monocultura. A raiz de tudo está na ideologia dominante, a que denomina “monoculturas da mente”, e nos valores que orientam e justificam políticas, estratégias e técnicas aplicadas nos “programas para o antidesenvolvimento” agrícola e florestal.

Esses programas são introduzidos especialmente em países pobres, sem qualquer cuidado para a particularidade de cada região, de cada terra e de cada povo, desmerecendo tradições milenares de cultivo e toda uma sabedoria de respeito à biodiversidade e aos ciclos da vida, em prol exclusivamente da abundância e da eficiência mercadológica. Por meio de um controle ideológico, sociocultural e econômico, os valores da biotecnologia e da monocultura intensiva são transferidos a produtores e consumidores como se inútil fosse a eles se opor, já que não haveria sistema melhor.

Da mesma forma que o bioimperialismo impõe as monoculturas, pode-se dizer que o fundamento publicitário impõe a segmentação no jornalismo, apresentando-a como única alternativa possível à manutenção da eficiência em tempos de comunicação digital acelerada. A lógica por detrás é a mesma: o mercado e sua necessidade de produzir sempre mais e mais depressa, mesmo que isso signifique abrir mão da diversidade – seja a natural (a biodiversidade) ou a de pontos de vista. As consequências são igualmente as mesmas: empobrecimento do solo, pela falta de rotatividade de culturas, e empobrecimento social, pela falta de rotatividade de ideias. O solo logo se esgota; torna-se improdutivo. Os grupos logo se esgotam; tornam-se improdutivos e desinteressantes.

Ademais, não há dúvidas de que “cultivar a mesma safra em grandes áreas ano após ano incentiva o aumento das pragas. Os sistemas de cultivo baseado na diversidade têm, portanto, uma proteção inata” (SHIVA, 2003, p. 97). No caso do jornalismo, é preciso buscar constantemente essa proteção, uma vez que as ‘pragas’ do preconceito, da ignorância, da incompreensão, das certezas absolutas e do pensamento único crescem à medida que o noticiário, e também o público, se fragmenta em blocos e grupos fechados sobre si mesmos, os quais, cotidianamente, ameaçam romper com a coesão social.

Shiva defende a importância e o valor produtivo da diversidade para o desenvolvimento sustentável, destacando que

uma possível solução para as questões apresentadas não estaria no aspecto técnico, mas situada no nível da vontade e do poder político. Ao discorrer sobre as causas do desaparecimento da diversidade e sobre os desafios da sua preservação, a autora coloca o hábito de pensar em termos de monoculturas – as “monoculturas da mente” – como a principal ameaça à vida:

As monoculturas da mente fazem a diversidade desaparecer da percepção e, conseqüentemente, do mundo. O desaparecimento da diversidade corresponde ao desaparecimento das alternativas – e leva à síndrome FALAL (falta de alternativas). Com que frequência, nos tempos de hoje, o extermínio completo da natureza, tecnologia, comunidades e até de uma civilização inteira não é justificado pela “falta de alternativas”? As alternativas existem, sim, mas foram excluídas. Sua inclusão requer um contexto de diversidade. Adotar a diversidade como uma forma de pensar, como um contexto de ação, permite o surgimento de muitas opções. (SHIVA, 2003, p. 15)

A autora afirma, assim, defender a diversidade na natureza e na cultura. Mas, por que não a defender também no jornalismo? Esse carece de uma diversidade orgânica, integrada, em oposição a uma uniformidade fragmentada ou aos fragmentos uniformes – de informações e de pessoas. “A diversidade humana é algo a ser mais sentido do que entendido”, afirma Muniz Sodré, chamando a atenção para o fato de que, “na verdade, os homens não são iguais, nem desiguais. Os homens, seres singulares, coexistem espacialmente em sua diversidade. Cada uma dessas singularidades corresponde, às vezes, à dinâmica histórica de um Outro, um coletivo diverso” (SODRÉ, 2012, p. 181). Entretanto, o que se vê atualmente no jornalismo não é essa diversidade, mas sim verdadeiras monoculturas que tentam se passar por ‘mais uma alternativa’ de informação em meio ao caos. Acontece que não configuram alternativas reais, uma vez que apenas simulam uma diversidade que de fato não existe.

Mais do mesmo para grupos específicos, atendendo à tão celebrada personalização. No momento em que, dizem, as alternativas são infinitas, na verdade o que se vislumbram são blocos de informações restritas, customizadas e pensadas para atender a demandas exclusivas. A lógica da segmentação não deixa que haja diversidade (de ideias, de pontos de vista, de temáticas, de contextos) numa mesma notícia. O que há é muita informação disponível. Cada qual lê ou acessa o que mais lhe interessa, sem necessariamente buscar/encontrar aí uma diversidade efetiva. Em resumo, diversas e diversificadas são as possibilidades de escolha. Mas diversidade mesmo, enquanto multiplicidade de interações, é outra coisa.

Proteger as sementes nativas é mais que uma questão de preservar a matéria-prima para a indústria da biotecnologia. As diversas sementes que agora estão fadadas à extinção carregam dentro de si sementes de outras formas de pensar sobre a natureza e de outras formas de produzir para satisfazer nossas necessidades. [...] a uniformidade e a diversidade não são apenas maneiras de usar a terra, são maneiras de pensar e de viver. (SHIVA, 2003, p. 17)

Quais seriam as “sementes nativas” do jornalismo? Haveria outras formas de pensá-lo e de praticá-lo nos dias de hoje? Shiva discute e rechaça alguns mitos de que as monoculturas seriam essenciais para resolver o problema da escassez e que, para aumentar a produção, não haveria outra opção senão a destruição da diversidade: “a alta produtividade dos sistemas uniformes e homogêneos é uma categoria construída contextual e teoricamente, que tem como base levar em conta apenas o rendimento e a produção unidimensionais” (SHIVA, 2003, p. 164). De fato, atuar no plano restrito dos sistemas uniformes é aparentemente mais produtivo e dá menos trabalho, especialmente no jornalismo, onde contextualizar matérias, buscando relações e conexões, articulando fatos e ideias, requer mais pesquisa e mais trabalho. Contudo, não seria também um mito que, para atender às demandas cada vez mais específicas, no contexto da aceleração tecnológica e da escassez de tempo, é preciso segmentar? Sem dúvida que sim, pois, para bem informar não é necessário informar de maneira específica.

“As monoculturas ocupam primeiro a mente e depois são transferidas para o solo”. É o que afirma Shiva, acrescentando que as monoculturas mentais não só destroem a diversidade, como “legitimam a destruição como progresso, crescimento e melhoria”. Logo, de acordo com a mentalidade monocultural, a produtividade parece aumentar com a eliminação da diversidade e sua substituição pela uniformidade. (SHIVA, 2003, p. 17)

Realmente é essa a mentalidade das redações, quando, em nome da produtividade, separam os jornalistas por editorias e assim se formam grupos mais ou menos coesos em torno dos mesmos assuntos. Pessoas acostumadas a lançar um olhar específico, e muitas vezes viciado, para os fatos que cobrirão, acostumadas que estão com uma dada rotina, com fontes demarcadas e com uma linguagem própria.

É, pois, em nome da produtividade que se nega às pessoas a possibilidade de um consumo mais plural e diversificado. Grupos específicos produzem para consumidores específicos, de acordo

com um sistema empobrecido qualitativa e quantitativamente. No entanto, conforme ressalta Shiva, não é por aumentar a produção, mas precisamente por aumentar o controle, que essa mentalidade monocultural se dissemina: “a expansão das monoculturas tem mais a ver com política e poder do que com sistemas de enriquecimento e melhoria da produção (...) a uniformidade anda de mãos dadas com a centralização, enquanto a diversidade requer um controle descentralizado” (SHIVA, 2003, p. 18-19).

De acordo com Shiva, enquanto metáfora, a monocultura mental pode ser exemplificada por meio da separação, operada pelo sistema ‘científico’, entre silvicultura e agricultura, a partir da qual à primeira cabe tão somente o fornecimento de madeira, não tendo ela mais qualquer relação com a produção de alimentos. Ao apagar o espaço cognitivo que relacionava a silvicultura aos alimentos, criam-se categorias fragmentadas, de modo que, segundo a autora, os olhos se fecham para espaços inteiros, para a integridade e a diversidade. Ignora-se o fato de a floresta poder contribuir, por meio dos elos de fertilidade, com água, forragem e fertilizantes para a agricultura. Assim, uma vez rompidas as ligações entre a floresta e a agricultura, a floresta não é mais percebida como fonte de alimento. Ela perde o seu valor integral, com toda a sua diversidade, já que este passa a se restringir ao valor de mercado da madeira industrial.

A silvicultura “científica” e a agricultura “científica” *dividem artificialmente a planta em domínios separados sem partes em comum, com base nos mercados isolados de bens aos quais fornecem matéria-prima e recursos. [...] o mundo vegetal não é artificialmente dividido entre uma floresta que fornece madeira comercial e terra cultivável que fornece mercadorias em forma de alimentos. A floresta e o campo são um *continuum* ecológico.* (SHIVA, 2003, p. 25, grifo nosso)

De forma análoga, no âmbito das ciências sociais e, especialmente em se tratando de uma atividade como o jornalismo, não se pode ignorar o *continuum* da vida. Ou seja, como esclarece Louis Quéré, “na experiência real, não existe um acontecimento isolado”, uma vez que este é sempre parte do mundo – do “ambiente completo *total*” – de que se faz experiência (QUÉRÉ, 2005, p. 70). Logo, é preciso ter em mente que “vivemos e agimos em conexão com o ambiente existente, não em conexão com objetos isolados, mesmo quando uma coisa singular pode ter um sentido crucial para decidir sobre a maneira de responder ao ambiente total” (DEWEY apud QUÉRÉ, 2005, p. 71).

Entretanto, como demonstrado por Shiva, quando a diversidade perde o seu valor – por meio da aniquilação seletiva de partes que não são “úteis” do ponto de vista mercadológico –, a monocultura surge como único sistema “produtivo” e de “rendimento elevado”. É o que ocorre no jornalismo quando, por exemplo, por meio da identificação de preferências e da coleta de dados dos usuários, constroem-se narrativas fragmentadas, com a produção e o fornecimento de conteúdo informativo sob demanda. Não só a publicidade dirigida, mas o próprio noticiário planejado de acordo com o perfil do usuário/leitor, de modo a otimizar a produção e aumentar os lucros.

### 3 NARRATIVAS FRAGMENTADAS

À fragmentação que preside as páginas dos jornais, com suas histórias contíguas que só têm em comum a simultaneidade no tempo, se seguiram, na esfera da cultura midiática, muitas outras formas de justaposição de imagens e textos, com as quais se passou a conviver diariamente (FOLLAIN, 2009, p. 133).

A atual dinâmica da sociedade, movida pelo desejo de consumo desenfreado e pela aceleração dos processos de troca de mercadorias e informações, impõe uma rápida e completa apropriação do tempo. Nesse sentido, segundo observa Olgária Matos, “tanto a mídia informativa quanto a de entretenimento visam um público consumidor, dando a consumir também os seus valores: ideologia da facilidade, rapidez na captação da mensagem, confisco do tempo da reflexão” (MATOS, 2006, p. 15).

Um contexto caracterizado por uma “cultura fragmentária”, a qual, de acordo com Vera Lúcia Follain, reproduz “a forma superficial de aquisição de conhecimento que a aceleração do tempo e a onipresença dos meios de comunicação de massa no cotidiano das pessoas acabam por favorecer” (FOLLAIN, 2005, p. 91). Destarte, a autora fala de uma “desfabulação da narrativa” e de uma “narrativa em abismo” - bastante frequentes nesse cenário de proliferação de relatos sem qualquer compromisso com referenciais fixos, e, no qual

[...] abre-se, entre nós, cada vez mais espaço para uma narrativa curta, que se caracteriza pela condensação do tempo, pelo corte seco e abrupto das cenas, [...] sintoma da desconfiança nos fios condutores que imprimem um sentido aos fatos, na temporalidade que os encadeia pelo princípio de causalidade, nos discursos interpretativos que os ordenam teleologicamente (FOLLAIN, 2005, p. 84).

Ou seja, nada pode escapar e tudo deve ser apreendido o mais depressa possível. Daí a necessidade de fragmentar o real, de subdividi-lo tantas vezes quantas forem necessárias para facilitar o fluxo contínuo e veloz de dados e mensagens, de modo que a multiplicação da fragmentação possibilita aos indivíduos construir experiências puramente subjetivas, intransferíveis, incomunicáveis.

Aproxima-se, portanto, o momento no qual Walter Benjamin denunciou, no enfraquecimento da narração, a progressiva incapacidade dos homens para compartilhar experiências - principal sintoma do declínio da arte de narrar, para o qual, já em 1936, o autor chamava a atenção, destacando o papel da imprensa: “os princípios da informação jornalística (novidade, brevidade, clareza e, sobretudo, *ausência de qualquer correlação entre as notícias, tomadas uma a uma*) contribuem para este resultado” (BENJAMIN, 1989, p. 107, grifo nosso). Qual seja: a dificuldade de se narrar/trocar experiência; entendida, em seu sentido benjaminiano, não como vivência, mas como incômodo, transtorno, de modo que se pode afirmar que “esta perda da experiência comunicável acarreta o divórcio entre os interesses interiores do homem e os da sua vida coletiva” (MURICY, 1986, p. 74).

A informação só tem valor no momento em que é nova. Ela só vive nesse momento, precisa entregar-se inteiramente a ele e sem perda de tempo tem que se explicar nele. Muito diferente é a narrativa. Ela não se entrega. Ela conserva as suas forças e depois de muito tempo ainda é capaz de se desenvolver. [...], de suscitar espanto e reflexão. (BENJAMIN, 1987, p. 204)

Benjamin fala, assim, da narrativa como uma forma artesanal de comunicação, diferente da informação que, segundo ele, estaria interessada em transmitir o “puro em si” da coisa narrada. Citando Paul Valéry, quando este denuncia que “o homem de hoje não cultiva o que não pode ser abreviado”, o pensador alemão complementa de modo a não deixar dúvidas quanto a sua argumentação: com efeito, o homem conseguiu abreviar até a narrativa (BENJAMIN, 1987, p. 206). E conclui:

a arte de narrar está em vias de extinção. São cada vez mais raras as pessoas que sabem narrar devidamente. Quando se pede num grupo que alguém narre alguma coisa, o embaraço se generaliza. É como se estivéssemos privados de uma faculdade que nos parecia segura e inalienável: a faculdade de intercambiar experiências. (BENJAMIN, 1987, p. 197)

Acrescenta-se a essa privação, no caso do jornalismo impresso, a incapacidade de se cruzarem dados e informações. O noticiário

apresenta-se de modo fragmentário, como se as notícias fossem autoexplicativas, autoafirmativas. No entanto, toda informação é necessariamente relacional. Mas a pretensão objetiva de agarrar o enunciado acarreta o esquecimento do aspecto relacional, ficando-se apenas com o aspecto dado. É o que afirma Muniz Sodré, alertando para o fato de que, com a Internet, cada vez mais a relação é deixada de lado, em favor das notícias curtas e rápidas (SODRÉ, 2009).

Assim, no intuito de dar outro sentido à problemática levantada por Benjamin, é necessário, tal qual sugere Fernando Resende, que se compreenda o ato de narrar não como o que provém apenas da oralidade, uma vez que ele é, por excelência, produto da necessidade básica do homem de contar e recontar histórias. Isto é, conforme Norval Baitello Jr.,

narrativizar significou e significa para o homem atribuir nexos e sentidos, transformando os fatos captados por sua percepção em símbolos mais ou menos complexos, (...), em encadeamentos, correntes, associações de alguns ou de muitos elos sógnicos (apud RESENDE, 2009, p. 34).

O ato de narrar é, portanto, ainda segundo Resende, proveniente da necessidade de se estabelecerem modos de compreensão e entendimento do mundo. E, por isso, sobretudo hoje, ele pode nascer nos diferentes lugares em que a vida acontece. Ou seja, ao contrário do que afirmava Benjamin, para Resende, o romance, as reportagens e notícias são também tipos de narrativas, já que, de algum modo, “recontam e criam sentido - e, portanto narram - as experiências do homem no mundo” (RESENDE, 2009, p. 34).

Pensando a relação entre tempo e narrativa, o teórico francês Paul Ricoeur apresenta a ideia de que o texto, isto é, o mundo configurado (*mimese I*) remete a um mundo prefigurado (*mimese II*) e dá origem a um mundo refigurado (*mimese III*). E é nesse mundo configurado, mais especificamente na tessitura da intriga dispositivo de articulação das *mimeses* – que, segundo ele, narrativa e tempo se encontram: “o tempo torna-se tempo humano na medida em que é articulado de um modo narrativo, e [...] a narrativa atinge seu pleno significado quando se torna uma condição da existência temporal” (RICOEUR, 1994, p. 85, grifo do autor).

A narrativa não está, contudo, apenas na *mimese II*, mas em todo o conjunto, no antes e no depois, pois, ainda que se possa supor ‘autor em I’, ‘texto em II’ e ‘leitor em III’, as três *mimeses* devem ser pensadas juntas - “o desafio é pois o processo concreto pelo qual a configuração

textual faz a mediação entre a prefiguração do campo prático e sua refiguração pela recepção da obra” (RICOEUR, 1994, p. 86) -, uma vez que não há diluição do autor, imanência do texto, nem autonomia do leitor. Em outras palavras: a narrativa deve ser pensada enquanto “acontecência”, isto é, aquilo que está em acontecimento, a relação entre os três modos miméticos que constituem a mediação entre tempo e narrativa em Ricoeur. Até porque, olhar para a comunicação é olhar para o mundo em acontecimento, para um objeto que não é estanque.

E, embora se reconheça que os acontecimentos, não necessariamente narrativizados, mas que se produzem a partir de uma estrutura de intriga, “caracterizam-se pelo seu poder de esclarecer o contexto do conjunto, de revelar os estados de coisas existentes e de realçar os processos em curso” (QUÉRÉ, 2005, p. 71), é preciso atentar para o fato de que, justamente porque é em “acontecência”, a narrativa não é um discurso ordenador. Ela pressupõe tanto ordem quanto desordem.

Percebe-se, no entanto, certa nostalgia de ordem, ou, o que é pior, pavor do caos, levando, como aponta Ricoeur, alguns pensadores e críticos a opor de modo não-dialético o caráter de consonância da narrativa à dissonância da experiência da temporalidade. Entretanto, segundo o teórico francês, “a tessitura da intriga nunca é o simples triunfo da ‘ordem’” e, ainda que se reconheça o “poder de esquematização próprio da imaginação produtora”, ele “não abole a dialética fundamental da concordância discordante”, qual seja: a experiência temporal não se reduz à simples discordância e a narrativa tampouco é pura consonância. (RICOEUR, 1994, p. 113)

É o que também afirma Follain (2009), ressaltando que a ideia de que a narrativa serve de âncora em meio à fragmentação do mundo consiste igualmente em uma ilusão, uma vez que a narrativa, também ela fragmentada, não dá conta do ordenamento do mundo e, por isso, não deve ser encarada como único lugar de referência num mundo desordenado. Nesse ínterim, vale sempre lembrar e reconhecer que a tessitura fragmentada, qualquer que seja ela, não implica, contudo, que o leitor não possa fazer as suas próprias “costuras”, dando diferentes sentidos ao mundo que vê, lê, ouve e com o qual interage das mais diversas formas.

Afinal, conforme esclarece Ricoeur, a noção de sentido idêntico supõe condições de univocidade que apenas se realizariam no discurso lógico-matemático. E, tendo em vista que “uma expressão unívoca é insensível a toda variação contextual, porque seu sentido é estabelecido por definição ou por posição [e] uma expressão

polissêmica, ao contrário, não somente é sensível ao contexto, mas se determina contextualmente”, afirma-se, juntamente com o pensador francês, que, na linguagem ordinária, reina, portanto, a polissemia - ainda que se reconheça que o ideal do discurso é reduzi-la “e dizer uma coisa e uma apenas”. (RICOEUR, 2005, p. 37)

Isto porque, ainda segundo Ricoeur, o que, num texto, é eminentemente comunicável, não é a intenção do autor, o que ele quis dizer, mas *do que* fala o texto, o seu assunto, isto é, as referências não ostensivas que não são senão “proposições de mundo abertas pelo texto, (...), os modos possíveis de estar no mundo que o texto abre e revela” (RICOEUR, 2005, p. 42). Logo, “o que é comunicado, em última instância, é, para além do sentido de uma obra, o mundo que ela projeta e que constitui seu horizonte”, de modo que, nesse sentido, o ouvinte ou o leitor o recebem segundo suas capacidades de acolhimento, também elas limitadas e abertas a determinado horizonte de mundo (RICOEUR, 1994, p. 119).

Dessa forma e, reconhecendo, com Vera França, que os sujeitos da comunicação são, sobretudo, sujeitos em experiência, ratifica-se a ideia de que, embora convocados pela publicização de um texto, dada enquanto estrutura de enquadramento, “os sujeitos respondem neste enquadramento trazendo outras referências: ‘agenciados’, inseridos nos nós de uma rede, eles atualizam naquela experiência, experiências anteriores” (FRANÇA, 2006, p. 84).

Portanto, como bem adverte Resende, compreender a narrativa como lugar de produção de conhecimento implica dar ênfase à concepção de “jornalismo como atividade própria de um espaço dinâmico em que se articulam estratégias de poder e como parte de um processo no qual representações e mediações são indissociáveis”. Um espaço no qual “consonâncias e dissonâncias [são] estabelecidas por sujeitos ativos e atuantes que, em conjunto, e no atrito de suas afinidades e diferenças, constroem [com os meios] seu mundo partilhado” (FRANÇA apud RESENDE, 2009, p. 36).

É preciso, pois, pensar a narrativa no mundo, em oposição a uma “leitura imanente do texto”, isto é, considerando também o contexto sócio-histórico, para além da mensagem, do meio, do autor e do receptor. Porque a narrativa não é um algo solto no mundo, um sujeito absoluto, mas se encontra sob a influência de diversas forças, dinâmicas culturais, históricas. Ou seja, ainda que levem a diferentes leituras, as narrativas não estão soltas, não se dão fora do mundo, visto que, de alguma forma, fazem parte de um contexto: “o

ato de narrar, através dos meios, pode revelar legitimações, valores, representações e faltas, dados preponderantes para o processo de compreensão e leitura do mundo” (RESENDE, 2009, p. 33). Portanto, questões culturais, sociais, políticas e econômicas e diferenças históricas, assim como particularidades do gesto enunciativo, devem ser consideradas ao se pensar a narrativa.

Ademais, é imperioso ter em mente que a narrativa (sobretudo a midiática), como lugar de produção de sentido, inventa e constrói o mundo, de modo que, se não há narrativa fora do mundo, qualquer que seja ela, será sempre tomada por relações de poder. Por essa razão, “devemos analisar ou desconstruir a linguagem e o comportamento para decifrar os padrões de pensamento ideológico ali inscritos” (HALL, 2003, p. 164), tendo sempre em mente que não existe prática social fora das categorias culturais ou ideológicas, pois, tal qual adverte Stuart Hall,

[...] é dentro dos sistemas de representação da cultura e através deles que nós “experimentamos o mundo”: a experiência é o produto de nossos códigos de inteligibilidade, de nossos esquemas de interpretação. Consequentemente, não há experiência *fora* das categorias de representação ou da ideologia (HALL, 2003, p. 171).

Desse modo, defende-se um olhar para a configuração da narrativa que dê conta de desvelar essas lógicas. Um olhar como possibilidade de enxergar contradições, para não seguir reiterando a ordem discursiva. Um olhar que atente para a narrativa, mas para além dela mesma, ou seja, para o mundo prefigurado, para o contexto histórico, social, político, cultural; não somente para o que diz a narrativa, ou quem diz, mas para *como* diz. E esse *como* engloba o círculo mimético de Ricoeur, isto é, esse *como* não é isolado. Trata-se, pois, de olhar para o configurado no intuito de falar do prefigurado, ou seja, de trazer à tona questões que estão para além do texto, abarcando os três momentos da *mimese*.

Por isso, busca-se olhar para o jornal impresso para entender o jornalismo enquanto instância produtora de sentido, de modo que o jornal torna-se um pretexto para discutir a questão da tendência à fragmentação e à efemeridade nos dias de hoje. Logo, adotando uma postura crítica frente à narrativa realista - aquela que diz dar conta de tudo, tudo explicar e abarcar - e, tendo em vista que o olhar para a narrativa não acolhe a ideia da “ordem” como valor absoluto, procura-se, não encontrar verdades, razões de ser, mas, sim, indagar, problematizar, questionar e apontar caminhos outros, que não a tão praticada segmentação.

Olhar, então, para a narrativa a fim de pensar o mundo prefigurado, de modo que as perguntas sejam menos em relação ao seu conteúdo do que ao modo como a narrativa aparece, isto é, como ela é construída, e que tipo de mundo revela, segundo a lógica de segmentação dos jornais em editorias, cadernos e suplementos de assuntos afins. Olhar para o jornal desse modo, implica, pois, *destruir* o modelo de segmentação vigente. Destruir, tal qual propõe Benjamin, não pelo simples prazer da destruição ou porque se tem uma proposta melhor para o seu lugar, mas sim pela oportunidade de se abrirem caminhos novos e inusitados: “o caráter destrutivo não se fixa numa imagem ideal. Tem poucas necessidades, e a menos importante delas seria: saber o que ocupará o lugar da coisa destruída” (BENJAMIN, 1986). Ou simplesmente destruir para ‘retirar a compacidade’, ‘retirar o peso das coisas’, para, à moda foucaultiana, trazer à tona os “jogos de verdade” construídos ao longo da história.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

O pensamento monocultural não se faz presente apenas na Internet ou nas redes sociais. Embora o espaço digital tenha intensificado os processos de segmentação, eles sempre existiram enquanto paradigma de organização do conhecimento e, por conseguinte, das informações. O que chama a atenção, contudo, é o acelerado processo de hipersegmentação que se tem acompanhado, num momento em que, paradoxalmente, tanto se fala em convergência. De fato, as monoculturas da informação atuam de modo particular no ambiente atual de desorientação informativa, no qual informações fragmentadas, desconexas e descontextualizadas não encontram um lugar propício para repousar, um espaço dedicado à apuração, à investigação e, principalmente, à reflexão cuidadosa dos fatos. Um espaço que comporte, sim, dúvidas e incertezas, mas que procure trabalhá-las a partir de uma perspectiva plural.

Um espaço, portanto, onde o jornalismo não só possa atuar procurando estabelecer o mínimo de ordem no fluxo de informações das redes digitais, mas onde possa ir além das verdades absolutas. Um espaço a partir do qual se possa voltar a falar em experiência compartilhada dos meios de comunicação, mas não pelo fato de se ter um centro midiático transmitindo para uma audiência em massa, e sim por se ter uma comunicação que de fato interesse a uma grande parcela da população,

porque verdadeiramente comprometida com as questões sociais, sem abrir mão do contraditório, valorizando a diversidade, a complexidade e a multiplicidade próprias da natureza humana e da vida em sociedade.

Se esse espaço é o jornal impresso, só o tempo irá dizer. Mas, na realidade, isso pouco importa. Afinal, quem disse que as notícias devem vir em papel, em textos publicados uma vez por dia, a partir de uma redação? O jornal impresso pode se salvar? Os jornais vão acabar? Essas são perguntas erradas. A pergunta certa é: Como melhorar o jornalismo? Como mudar (para melhor), da mesma forma que mudaram os hábitos, as necessidades e as habilidades do público no trato com as informações?

## NOTAS

- 1 Expressão proferida por Jesús Martín-Barbero durante o curso Cartografias da sensibilidade e da tecnicidade. Rio de Janeiro: PPGCOM ECO/UFRJ, 2008/2.

## REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. **Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo.** Obras Escolhidas vol. III. São Paulo: Brasiliense, 1989.

\_\_\_\_\_. **Documentos de cultura, documentos de barbárie:** escritos escolhidos. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1986.

FOLLAIN, Vera. Encenação da realidade: fim ou apogeu da ficção? **Revista Matrizes**, São Paulo, ano 3, n.1, p.131-143, ago/dez, 2009.

\_\_\_\_\_. Dez anos desinventando a nação: capitais voláteis e narrativas sem lastro. In: MARGATO & GOMES (Orgs.). **Literatura/Política/Cultura: (1994-2004).** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005, p.83-94.

FRANÇA, Vera. Sujeito da comunicação, sujeitos em comunicação. In: FRANÇA & GUIMARÃES (Orgs.). **Na mídia, na rua: narrativas do cotidiano.** Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p.61-88.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MATOS, Olgária. **Discretas esperanças:** reflexões filosóficas sobre o mundo contemporâneo. São Paulo: Nova Alexandria, 2006.

MURICY, Kátia. Tradição e barbárie em Walter Benjamin. **Revista Gávea**, v.3, Rio de Janeiro, 1986, p.69-77.

QUÉRÉ, Louis. Entre o facto e sentido: a dualidade do acontecimento. **Trajectos:** revista de comunicação, cultura e educação, n.6, p. 59-75, 2005.

RESENDE, Fernando. O jornalismo e suas narrativas: as brechas do discurso e as possibilidades do encontro. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 18, p.31-43, dez. 2009.

RICOEUR, Paul. Discours et communication. **Cahier de L'Herne Ricoeur**, n.81. Paris: Éditions de L'Herne, 2005.

\_\_\_\_\_. Tempo e narrativa: a trílice mimese. **Tempo e narrativa**. v.1. Campinas: Papyrus, 1994, p.85-131.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente:** perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Gaia, 2003.

SODRÉ, Muniz. **Reinventando a educação:** diversidade, descolonização e redes. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

\_\_\_\_\_. **A narração do fato:** notas para uma teoria do acontecimento. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

**Gabriela Nóra** é jornalista e professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É doutora em Comunicação e Cultura pela UFRJ e membro do Laboratório de Estudos em Comunicação Comunitária (LECC-ECO/UFRJ). E-mail: gabriela.nora@yahoo.com.br

RECEBIDO EM: 28/02/2015 | ACEITO EM: 15/04/2015